

TEMÁTICAS AMBIENTAIS EM DIÁLOGO COM AS CIÊNCIAS SOCIAIS

Entrevista com a Profa. Dra. Andréa Zhouri

**Ismael Deyber
Oliveira Silva**

Graduando em
Gestão Pública pela
Universidade Federal
de Minas Gerais -
UFMG. Membro do
Conselho Editorial da
Revista Três Pontos.

Contato:

ismaeldeyber@gmail.
com

RESUMO: Os estudos das temáticas ambientais alcançaram um forte diálogo com as Ciências Sociais. Entender como as intervenções humanas no meio ambiente implicam em consequências para a sociedade, relacionando com a cultura e o poder estabelecidos tornaram-se uma área sólida dentro da Sociologia e da Antropologia no Brasil. A professora Andréa Zhouri, da Universidade Federal de Minas Gerais, é grande expoente nessa discussão. Nessa entrevista, ela nos contou aspectos interessantes de sua trajetória, evidenciou perspectivas críticas à noção de desenvolvimento sustentável que é propagada, ao arranjo da governança ambiental no Brasil e ao engajamento social da população. Também abordamos fatos interessantes, como a criação do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais, o GESTA, o curso de Graduação em Ciências Socioambientais e a iniciativa do Observatório dos Conflitos Ambientais do Estado de Minas Gerais.

Andréa Zhouri possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestrado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e doutorado em Sociologia pela Universidade de Essex, Inglaterra. É professora da UFMG, coordenadora do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA-UFMG). Atua em ensino, pesquisa e extensão abordando os temas dos Conflitos Socioambientais, Justiça Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, Organizações Não-Governamentais, Ecologia Política e Movimentos Ambientais. Foi membro da diretoria da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS gestão 2011-2012) e da Associação Brasileira de Antropologia (ABA gestão 2011-2012) onde coordenou ainda o Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos (gestão 2011-2012). É assessora da presidência da ABA para assuntos de Meio Ambiente.

Três Pontos: Para iniciarmos, poderia nos contar um pouco sobre sua trajetória enquanto professora e pesquisadora das temáticas ambientais no campo das ciências sociais?

Andréa: O interesse pelo tema ambiental vem desde a graduação, nos anos 1980. Eu tinha

um livro que se chamava "Introdução à Crítica da Ecologia Política", de Jean Pierre Dupuy, que proporcionou a problematização de algumas inquietações que eu possuía em termos das mudanças sociais da modernidade, da sociedade industrial, e da perspectiva ecológica em um sentido mais amplo. Como acumulava grande interesse pela Antropologia, resolvi fazer um projeto de mestrado para o programa de Antropologia Social da Unicamp, onde fui admitida com o objetivo de analisar as comunidades alternativas rurais.

Mas no primeiro campo que eu fiz eu fui despertada por um debate sobre a pertinência de se criar um partido verde no Brasil. Por indicação da minha orientadora acabei fazendo a dissertação de mestrado sobre o movimento ecologista, e especificamente sobre a participação dos ecologistas paulistas nas eleições de 1986, trabalhando na perspectiva de uma análise antropológica sobre as mudanças no âmbito do movimento ambientalista naquele período. A literatura era muito exígua e até fui questionada pelos meus colegas à época sobre a existência de um movimento ambientalista no Brasil. Parecia não ser um tema apropriado para as ciências sociais até então. Mas eu insisti e acabei analisando no mestrado uma mudança que ocorria em direção a um ambientalismo de resultados caracterizado por uma prática profissional e

com grande valorização do conhecimento técnico em contraposição às práticas da ecologia política mais crítica da sociedade vigente. Consagrou-se em meados dos anos 1980 a vertente do ambientalismo do desenvolvimento sustentável. Mas nesse contexto emerge também o socioambientalismo na Amazônia e se intensifica o debate em torno do tema da globalização no mundo ocidental. A Floresta Amazônica aparece como grande símbolo global do ambientalismo e minha tese de doutorado abordou isso. Realizei meu doutorado na Inglaterra e lá pesquisei ONGs de diversas naturezas que possuíam relações com a Amazônia. Defendi a tese em 1998 e ainda neste ano prestei o concurso aqui na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Fui aprovada e comecei a dar aulas em 1999, no departamento de Sociologia e Antropologia. Meu início como docente da UFMG coincidiu com uma grande polêmica que ocorria em minha terra natal em torno de um projeto para a instalação de uma barragem hidrelétrica no município. Logo quando retornei da Inglaterra fui procurada por algumas pessoas que solicitaram que eu contribuísse com informações para maior conhecimento sobre a instalação dessa hidrelétrica e sobre os impactos que ela traria. Isso se deu muito mais para que acompanhasse o processo de licenciamento ambiental e tentasse impedir que essa hidrelétrica fosse instalada. Dessa forma, me dispus a acompanhar esse processo que ocorria em Aiuruoca como cidadã, membro da população atingida. Como havia morado muito tempo fora de Minas, a essa época eu não conhecia com profundidade os atores e as instituições do Estado, e na tentativa de adquirir informações junto aos órgãos públicos, acumulei um conhecimento acerca dessas instituições, dos processos e o campo ambiental no Estado, descobrindo aspectos do licenciamento ambiental e como tudo se estabelecia. Cada descoberta era compartilhada com os meus alunos durante as disciplinas de meio ambiente que eu ofertava, como por exemplo, Desenvolvimento Sustentável, Cidadania e Meio Ambiente. Em 2001 eu até ofertei uma disciplina sobre licenciamento ambiental. Nessas oportunidades, para ilustrar discussões dos textos trabalhados, descrevia o caminho percorrido nas instituições e nos procedimentos atrelados ao licenciamento ambiental da PCH Aiuruoca, o que despertava o interesse dos alunos. A partir da demonstração desse interesse, criamos o grupo de estudos e uma linha de pesquisa sobre Meio Ambiente e Sociedade no Programa de Pós-Graduação. Dessa forma, o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais - GESTA - foi criado.

A partir disso registramos um projeto de extensão para atendermos uma demanda de visitar o Vale do Jequitinhonha e conhecer comunidades impactadas por barragens hidrelétricas naquela região. Ali iniciou uma tradição de trabalhar com projetos de extensão e pesquisas ao mesmo tempo. Trabalhamos com o tema das hidrelétricas durante um bom tempo, pelo menos até 2007. Foi importante porque trouxemos e debatemos esse tema no âmbito das Ciências Sociais, mas também contribuimos com o debate sobre política energética no Brasil, em um trabalho conjunto com ONGs e movimentos sociais. Construímos uma leitura crítica sobre essa política e buscamos demonstrar o ônus que recai sobre as populações locais, que geralmente são indígenas, quilombolas, camponeses e ribeirinhos. A contribuição foi importante à medida que inserimos na discussão sobre o meio ambiente a questão da desigualdade ambiental, da injustiça ambiental, que é o outro lado da injustiça social. Nos demos conta de que não existe somente um tipo de ambientalismo, mas uma multiplicidade de ambientalismos e que as discussões precisam incorporar a dimensão de classe, de raça e de gênero, pois não se trata apenas do ambiente como objeto disperso da sociedade, mas sim como um processo que envolve uma relação onde as sociedades se forjam mutuamente. Os grandes projetos de desenvolvimento, as grandes barragens não são direcionados às áreas onde estão os ricos, elas coincidem com os locais onde vivem as populações mais vulneráveis, populações rurais, mais pobres, ou que possuem um marcador étnico, sejam quilombolas, afrodescendentes ou indígenas. Existe um viés de raça e de classe muito claro na destinação do ônus do desenvolvimento para esses grupos sociais. Essa dimensão da desigualdade na discussão do ambiente e da desigualdade no acesso aos recursos naturais precisava ser trabalhada sociologicamente e antropologicamente, e até então a nossa sociologia, e no aspecto mais amplo as ciências sociais, não se dedicavam a isso. Penso que essa seja uma contribuição que fiz para a UFMG, e também para um cenário mais amplo, à medida que levamos esse debate para os encontros da ANPOCS, da ABA, envolvendo o tema dos conflitos ambientais não só no âmbito da universidade, mas no campo acadêmico brasileiro.

Daí decorreram outros projetos, como a construção de um curso de graduação em Ciências Socioambientais, que é inovador no Brasil. Existem cursos de Ciências Ambientais, mas não cursos de Ciências Socioambientais. Este curso surge com o REUNI, em 2008, sendo inaugurado em 2010

com esse viés crítico de problematizar políticas ambientais e a atuação de técnicos que de certa forma aderem a um discurso de sustentabilidade, na perspectiva neoliberal e do capitalismo contemporâneo, abandonando a problematização da distribuição dos recursos ambientais, dos ônus, da poluição e da contaminação entre as classes e grupos sociais, entre as raças diferentes em nossa sociedade. Partem do princípio de que existem ajustes tecnológicos para os problemas ambientais, e essa é uma visão produtivista que não corresponde efetivamente às decisões tomadas envolvendo o meio ambiente, que são decisões advindas de sujeitos sociais que detêm o poder na sociedade, em detrimento de grupos que não possuem essa condição. Nosso papel tem sido problematizar isso na pesquisa, na extensão e no ensino com a construção desse curso. Com isso, imprimimos uma forma de atuação acadêmica pouco usual até então. Um modelo que preza o rigor do trabalho científico e acadêmico, mas que tem em mente a perspectiva da sociedade, analisando quais são as áreas e sujeitos vulneráveis na sociedade. Como uma universidade pública, como é a UFMG, pode contribuir para a superação das desigualdades? Qual é o papel da universidade pública para a construção de um conhecimento que seja emancipador, que seja capaz de problematizar as assimetrias de poder na sociedade? É dessa perspectiva que parte o nosso trabalho, muito próximo aos movimentos sociais, e também próximo daqueles que não estão nesses movimentos, mas que são grupos atingidos por projetos hegemônicos.

TP: No contexto de globalização que vivemos, muito escutamos sobre o direcionamento de governos, mercado e sociedade civil para o alcance do desenvolvimento sustentável. Como podemos conceituar esse fenômeno?

A: O que houve a partir de meados dos 1980 e início dos anos 1990, quando sistematicamente o tema da sustentabilidade ascende na agenda pública, foi o despertar de governos e empresas para uma postura de não poderem mais ignorar problemas ambientais de nível local ou global. Entram nesse debate incorporando a crítica dos ambientalistas e ecologistas, mas imersos em uma perspectiva capitalista. Assim, atribuem um peso muito grande para as soluções tecnológicas frente aos problemas ambientais. Soluções tecnológicas que devem necessariamente passar por caminhos do mercado, envolvendo um consenso entre diferentes atores, justamente para pacificar a crítica. A criação do selo verde é bastante significativa nes-

se aspecto. O mercado se associou a ONGs para construir de forma conjunta critérios de sustentabilidade, conformando uma boa prática empresarial florestal. Então o desenvolvimento sustentável é na verdade uma ideia força que está dentro do paradigma da modernização ecológica, que em alguns textos caracterizei de adequação ambiental, pois é perceptível o esforço por adequar a sociedade e as pessoas ao mercado, ao modelo de exploração capitalista do meio ambiente, adicionando a ele pequenas variáveis de preservação ambiental. Nessa perspectiva, a mensagem que se transmite para os consumidores é a de que o consumo pode continuar caso os produtos possuam o selo, sendo desnecessário economizar ou poupar. Uma discussão focada nos meios e não nos fins. Houve, em certa medida, um deslocamento do debate político, da crítica à exploração capitalista, à medida em que o desenvolvimento deixa de se concentrar nos fins para se concentrar nos meios. Questionamentos como: mineração para quê? Mineração para quem? A quem beneficia a exploração minerária? Esse é o tipo de debate político que vai se esvaziando, ao passo que é permitido fazer tudo desde que seja com uma prática eficiente, supostamente sustentável. Essa perspectiva enfraquece o debate em torno das finalidades. Dessa forma, o desenvolvimento sustentável carrega essa limitação, porque é uma ideia dentro de uma sociedade capitalista, que só consegue avançar na discussão dos meios. Mesmo sendo necessária, ela não é suficiente para que seja construída uma sociedade ambientalmente justa e sustentável.

TP: Você poderia nos falar um pouco a respeito da governança ambiental no cenário brasileiro?

A: É preciso reconhecer que houveram avanços notáveis em termos de governança ambiental no Brasil em relação aos anos 1970. O período dos anos 1980 tornou-se relevante, por ser o momento em que o debate ambiental ascende à agenda pública. Há uma institucionalização ambiental com a criação do Ministério do Meio Ambiente, as secretarias, as agências governamentais de controle, monitoramento e fiscalização. Estrutura-se um aparato institucional para a área, com legislação própria, instrumentos como o licenciamento ambiental e os Conselhos de Política Ambiental, em que Minas Gerais foi um Estado pioneiro em relação ao Brasil, inspirando mais tarde a criação do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA. Com o passar dos anos esse aparato para a política de meio ambiente foi sendo permeado pelo paradigma do desenvolvimento sustentável, da

modernização ecológica, observando-se uma perda significativa na filosofia e na execução dessa governança. De fato, os espaços institucionais passaram a ser ocupados pelos setores dominantes da sociedade. É possível identificar influências do setor econômico, das mineradoras, das grandes empresas hidrelétricas nos procedimentos realizados por esses órgãos, como por exemplo, na concessão do licenciamento ambiental. As exigências técnicas foram cedendo espaço para essa ingerência política desses grupos que exerciam pressão. Atualmente, percebemos que a técnica é exercida como política para o silenciamento daqueles que não ocupam esses espaços, ou estão em uma posição minoritária dentro do campo ambiental. Entidades ambientalistas que no começo eram muito aguerridas e realmente representavam o contraponto, exercendo o controle social, passaram a ser incorporadas ao diálogo e a parceria com as empresas, perdendo o viés crítico que possuíam no início. É muito importante que haja renovação e surgimento de novos atores políticos que possam efetivamente reacender o debate sobre o modelo de desenvolvimento que se tornou hegemônico. Atualmente assistimos a um cenário muito preocupante que envolve o desmanche das instituições ambientais que foram construídas, a revisão dos códigos ambientais e das leis formuladas nas décadas passadas. Em Minas Gerais, recentemente foi aprovada uma lei que praticamente acaba com o licenciamento ambiental, e no nível federal também iniciou-se discussão acerca de um projeto parecido (PL do Senado 65/2012). A participação da população é precária, pró-forma, sendo muitas vezes prevista apenas nas etapas de realização de audiências públicas. É possível identificar distintas falhas de procedimento na estrutura da governança ambiental. Os técnicos são mal remunerados e equipados, ficam expostos a uma pressão direta do setor produtivo, que possuem acesso facilitado às instâncias governamentais, enquanto a população tem muita dificuldade de obter simples informações. Trata-se de um processo permeado por violência simbólica, epistêmica e até física. Vivemos um momento de grande retrocesso no campo da governança ambiental, o que é muito triste.

TP: Você considera que tem crescido o interesse das pessoas pelas temáticas ambientais? Quais são as implicações políticas e sociais do engajamento da sociedade civil pela preservação do meio ambiente e pela efetivação dos direitos ambientais?

A: Trata-se de uma questão muito complexa,

pois não podemos negar ou afirmar conclusivamente. O tema do meio ambiente ocupou espaço na agenda pública nos anos 1990. E diante de acontecimentos catastróficos como o rompimento da barragem de rejeitos minerários na bacia do Rio Doce, a temática retorna a um espaço relevante na mídia. Um desastre significativo, de ordem tecnológica, com rejeitos que partem da bacia do Rio Doce e chegam ao mar. Com a grande cobertura realizada pela mídia, as pessoas tomam o assunto como pauta e expressam suas opiniões. A questão é avaliar qual o alcance dessa atenção que é dispensada. Existem graus variados de interesse, que podem ou não motivar a ação. Procurar obter informações acerca de um assunto que desperta curiosidade é diferente de formar uma consciência que te mobiliza, que te impele a ação. O nosso país vivencia dificuldades em seu cenário político, econômico e social. Uma crise que possui características da ordem da ética e da moral. A questão ambiental está inserida nesse contexto, porém é difícil perceber uma agenda única nesse cenário, na perspectiva da construção de formas políticas para o comum. O problema maior não é de consciência individual das pessoas, mas envolve uma disputa hegemônica à medida que o discurso do desenvolvimento sustentável esvazia o sentido político da ação e da crítica ambiental. E isso tem consequências na mobilização das pessoas, uma vez que o discurso ambiental hegemônico apela muito ao indivíduo, propagando a economia de recursos como água e energia. Recorre, dessa forma, para um comportamento restrito ao plano pessoal. Então as grandes questões políticas deixam de ser mencionadas e debatidas. Quem é que consome mais água na sociedade? Será que é cada indivíduo que é o responsável maior pela escassez desse recurso, ou são as grandes empresas que consomem grandes quantidades? O que significa, num contexto de uma forte estiagem como a que tivemos, o apelo para o cidadão não lavar calçadas, mas ao mesmo tempo liberar a licença para a construção de um mineroduto com mais de quinhentos quilômetros de extensão, que acumula potencial para esvaziar a água de um rio inteiro para escoar minério de ferro? Essas incongruências começam a ser questionadas também por pessoas comuns, que estão fora das universidades. É perceptível uma desigualdade de tratamento destinada a certos grupos. Nesse sentido, podemos identificar avanços em algumas direções, mas também retrocessos em termos da política ambiental. A consciência que tem adquirido os cidadãos não têm sido transformada em grandes mobilizações, que sejam capazes de inverter

essa ordem. E isso coloca um desafio substantivo para o plano das ações políticas, que é favorecer questionamentos que incentivem o controle social, que efetivamente obriguem os grandes poderes da nossa sociedade a cederem espaço, a reconhecerem e dialogarem com esse contraponto.

TP: O Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA), do qual é coordenadora, elaborou um mapa identificando os conflitos ambientais existentes no Estado de Minas Gerais. Você poderia nos falar sobre esse trabalho?

A: O Mapa se propôs, a princípio, identificar os conflitos ambientais no Estado de Minas Gerais. Iniciativas parecidas já haviam sido realizadas no Rio de Janeiro, por exemplo. Em 2007 efetivou-se uma parceria com a Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes - e com a Universidade Federal de São João Del-Rei - UFSJ- , tendo em vista as grandes dimensões do Estado e a dificuldade de abranger todo o território. Construímos uma rede de pesquisadores que proporcionou um diálogo com parceiros de outras universidades, possuindo também uma grande equipe de alunos. A primeira frente de atuação consistiu em levantar indícios de conflitos por meio de documentos, atas e processos alcançados através de visitas ao Ministério Público, à Fundação Estadual do Meio Ambiente- FEAM. Com o primeiro levantamento, realizamos muitas visitas *in loco* para conhecer casos paradigmáticos. Levantamos milhares de conflitos, o que também nos proporcionou um aprofundamento na conceituação do termo. Possibilitou a nós pesquisadores avançarmos no debate epistemológico, para entendermos que conflito é diferente de problema ambiental. A existência de problemas ambientais, como o desmatamento,

não estabelece necessariamente um conflito. Este implica a presença, a manifestação de sujeitos sociais mobilizados na luta, reivindicação e denúncias de danos ocasionados pelas atividades que os cercam. A segunda parte da pesquisa envolveu oficinas que se propunham a dar oportunidade de fala aos atingidos, aspectos desconsiderados nos estudos de impacto ambiental e nos pareceres técnicos. Ouvir os atingidos, os moradores, os grupos sociais mais vulnerabilizados que não possuem o poder para se manifestarem e marcarem presença em mapas oficiais. Organizamos os registros a partir da ferramenta *Google Maps*, onde está acessível a descrição detalhada de cada situação. Não se trata de um mapa exaustivo do ponto de vista quantitativo, contendo cerca de 500 casos registrados, tipificando uma forma de ocupação do espaço no Estado, em termos de conflitos ambientais. Com o passar do tempo sentimos a necessidade de disponibilizar uma ferramenta mais dinâmica, o que ensejou a transformação do Mapa em Observatório, que preserva algumas características antigas, mas agrega ferramentas de comunicação e interação, permitindo a consulta a monografias, dissertações e teses que se dedicaram a temas relacionados e ainda proporcionando ferramentas de interação e pesquisa para acadêmicos, gestores públicos e movimentos sociais.

TP: O Conselho Editorial da Revista Três [...] Pontos é quem agradece pela sua disponibilidade, pelo rico debate proporcionado pelas suas contribuições e também pelo interesse em apoiar o nosso projeto de organização e divulgação do conhecimento produzido por alunas e alunos de graduação.